



Número: **0600003-96.2024.6.16.0716**

Classe: **RECURSO CRIMINAL ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Corregedor(a) Relator(a)**

Última distribuição : **27/11/2025**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Descumprimento da Proibição de Fornecimento de Transporte ou Refeições a Eleitores**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Ação Penal Eleitoral nº 0600003-96.2024.6.16.0716, que julgou improcedente a pretensão punitiva do Estado, e absolveu os réus Valmor Becker e Dora Maria Rodrigues Cardinal Martins da infração penal eleitoral prevista no artigo 5º c/c artigo 11, inciso III, ambos da Lei n.º 6.091/74, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. (Ação Penal Eleitoral ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral que ofereceu denúncia em face de Valmor Becker e Dora Maria Rodrigues Cardinal Martins, conforme relato: "Em horário a ser melhor esclarecido durante a instrução processual, mas certo que na manhã do dia 06/10/2025, data da realização das eleições municipais, no município de Planalto/PR, Comarca de Capanema/PR, os denunciados Valmor e Dora atuaram em comunhão de vontades para promover o transporte irregular de eleitores que não integravam o núcleo familiar do primeiro - Alcir Dacul, Araci Lucia Elsemback, Nelson Elsemback e Liria Simon -, com a finalidade de viabilizar o comparecimento desses eleitores ao local de votação e, com isso, obter vantagem eleitoral para a segunda denunciada, então candidata ao cargo de vereadora. DORA foi a responsável por contatar diretamente os eleitores, manifestando interesse em seu comparecimento às urnas e comprometendo-se a providenciar transporte para tanto. Valmor, por sua vez, utilizou seu veículo particular, marca Ford/Fiesta Sedan Flex, cor vermelha, placas DWA9158 (conforme ID 125371394 - pág. 2), para realizar o deslocamento de tais eleitores, sem que estivesse formalmente vinculado ou autorizado pela Justiça Eleitoral para prestar tal serviço. A atuação de ambos foi coordenada e voltada ao mesmo propósito, sendo que os eleitores foram buscados em locais indicados previamente por Dora e transportados por Valmor até o local de votação").**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB - PLANALTO - PR - MUNICIPAL (RECORRENTE)	
	HALL, MENEZES & FERREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS (SOCIEDADE) ADRIANA RITA BUSATTO (ADVOGADO) RAUL JOSE PROLO (ADVOGADO) GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI (ADVOGADO) ARNI DEONILDO HALL (ADVOGADO)
PARTIDO DOS TRABALHADORES (RECORRENTE)	

	HALL, MENEZES & FERREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS (SOCIEDADE) ADRIANA RITA BUSATTO (ADVOGADO) RAUL JOSE PROLO (ADVOGADO) GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI (ADVOGADO) ARNI DEONILDO HALL (ADVOGADO)
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ (RECORRENTE)	
DORA MARIA RODRIGUES CARDINAL MARTINS (RECORRIDO)	
	RENAN LUIS DUTRA MENEGHINI (ADVOGADO) VICTOR CIRYLLO ROZATTI registrado(a) civilmente como VICTOR CIRYLLO ROZATTI (ADVOGADO)
VALMOR BECKER (RECORRIDO)	
	RENAN LUIS DUTRA MENEGHINI (ADVOGADO) VICTOR CIRYLLO ROZATTI registrado(a) civilmente como VICTOR CIRYLLO ROZATTI (ADVOGADO)

Outros participantes			
Procurador Regional Eleitoral (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
44829497	27/01/2026 15:37	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 68.905

**RECURSO CRIMINAL ELEITORAL 0600003-96.2024.6.16.0716 – Planalto – PARANÁ**

**Relator:** DES. LUIZ OSORIO MORAES PANZA

**RECORRENTE:** PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ

**PROCURADORIA:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**RECORRENTE:** PARTIDO DOS TRABALHADORES

**SOCIEDADE:** HALL, MENEZES & FERREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS -  
OAB/PR000001537

**ADVOGADO:** ADRIANA RITA BUSATTO - OAB/PR51513-A

**ADVOGADO:** RAUL JOSE PROLO - OAB/PR5360

**ADVOGADO:** GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI - OAB/PR17507-A

**ADVOGADO:** ARNI DEONILDO HALL - OAB/PR13837-A

**RECORRENTE:** PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB - PLANALTO - PR - MUNICIPAL

**SOCIEDADE:** HALL, MENEZES & FERREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS -  
OAB/PR000001537

**ADVOGADO:** ADRIANA RITA BUSATTO - OAB/PR51513-A

**ADVOGADO:** RAUL JOSE PROLO - OAB/PR5360

**ADVOGADO:** GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI - OAB/PR17507-A

**ADVOGADO:** ARNI DEONILDO HALL - OAB/PR13837-A

**RECORRIDO:** VALMOR BECKER

**ADVOGADO:** RENAN LUIS DUTRA MENEGHINI - OAB/PR117731

**ADVOGADO:** VICTOR CIRYLLO ROZATTI - OAB/PR108679

**RECORRIDO:** DORA MARIA RODRIGUES CARDINAL MARTINS

**ADVOGADO:** RENAN LUIS DUTRA MENEGHINI - OAB/PR117731

**ADVOGADO:** VICTOR CIRYLLO ROZATTI - OAB/PR108679

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral

**PROCURADORIA:** Procuradoria Regional Eleitoral

**Ementa:** DIREITO ELEITORAL.  
RECURSO CRIMINAL ELEITORAL.  
TRANSPORTE IRREGULAR DE  
ELEITORES. ELEIÇÕES 2024. DOLO  
ESPECÍFICO. AUSÊNCIA DE PROVAS.  
ART. 5º C/C ART. 11, III, DA LEI N.  
6.091/74. CARONA SOLIDÁRIA. ADOÇÃO



**DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. ILEGITIMIDADE RECURSAL. PARTIDOS POLÍTICOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESPROVIMENTO.**

## **I. CASO EM EXAME**

1. Recursos Criminais Eleitorais interpostos pelo Ministério Público Eleitoral e pelos Diretórios Municipais de Planalto/PR do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) contra a sentença que absolveu DORA MARIA RODRIGUES CARDINAL MARTINS e VALMOR BECKER do crime de transporte irregular de eleitores (art. 5º c/c art. 11, III, ambos da Lei n. 6.019/1974).

2. O Ministério Público Eleitoral pleiteia a reforma da sentença, alegando comprovação da materialidade, autoria e dolo específico de aliciar eleitores.

3. Os partidos PT e PSB defendem sua legitimidade ativa e a comprovação da materialidade, autoria e dolo específico de aliciamento de eleitores.

4. Os recorridos alegam que o transporte foi motivado por espírito de solidariedade, sem vínculo eleitoral, e requerem a manutenção da sentença absolutória.

## **II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

5. A questão em discussão consiste em: (i) determinar se há legitimidade recursal dos Diretórios Municipais do PT e do PSB em processo penal eleitoral envolvendo transporte irregular de eleitores; (ii) verificar se as provas dos autos são suficientes para comprovar o dolo específico de aliciar eleitores, caracterizando o crime previsto no art. 5º c/c art. 11, III, da Lei n. 6.091/74; (iii) analisar se a conduta dos partidos configura



litigância de má-fé.

### III. RAZÕES DE DECIDIR

6. Ilegitimidade recursal dos Diretórios Municipais do PT e do PSB, pois não se enquadram no conceito de assistente de acusação, e o crime de transporte irregular de eleitores não possui vítima direta.

7. Ausência de provas robustas e inequívocas do dolo específico de aliciar eleitores. O transporte realizado se configurou como carona solidária entre moradores, sem pedido expresso de voto, material de campanha ou condicionamento do transporte ao voto em determinado candidato.

8. A realidade local de cortesia entre moradores, a distância entre o local de votação e a residência dos eleitores, e a falta de transporte público reforçam a ideia de carona solidária.

9. Não configuração de litigância de má-fé, pois não demonstrado dolo ou abuso dos meios processuais pelos recorrentes.

### IV. DISPOSITIVO E TESE

10. Recurso dos Diretórios Municipais do PT e do PSB não conhecido. Recurso do Ministério Público Eleitoral conhecido e desprovido. Mantida a sentença que absolveu DORA MARIA RODRIGUES CARDINAL MARTINS e VALMOR BECKER pela prática do crime previsto no art. 5º c/c art. 11, III, ambos da Lei n. 6.091/74.

*Tese de julgamento:* 1. Partidos políticos não possuem legitimidade recursal em processos penais eleitorais por transporte irregular de eleitores quando não



configurada a condição de assistente de acusação. 2. A configuração do crime de transporte irregular de eleitores exige a comprovação do dolo específico de aliciar votos, não sendo suficiente a mera oferta de carona. 3. A condenação por litigância de má-fé requer a demonstração de dolo ou abuso dos meios processuais.

---

*Dispositivos relevantes citados:* CPP, arts. 268 e 31; Lei n. 6.091/74, art. 5º c/c art. 11, III.

*Jurisprudência relevante citada:* TSE, AgR-REspEI nº 9326, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 12.8.2022; TSE, AgR-REspe nº 133, Rel. Min. Admar Gonzaga, j. 12.9.2017; TSE, HC nº 43293, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 11.12.2012; TRE-PR, RECURSO CRIMINAL ELEITORAL nº060005718, Rel. Des. Eleitoral Anderson Ricardo Fogaça, j. 05/05/2025; TRE-PR, AÇÃO PENAL ELEITORAL nº060039232, Rel. Des. Rodrigo Otavio Rodrigues Gomes Do Amaral, j. 27/01/2023; TRE-PR, PROCESSO nº3740, Rel. Des. Rogério De Assis, j. 13/10/2020; TRE-PR, PROCESSO nº 4133, Rel. Des. Antônio Franco Ferreira Da Costa Neto, j. 07/02/2019; STJ, AgRg nos EDcl no HC n. 1.000.655/CE, Rel. Min. Ribeiro Dantas, j. 19/11/2025; STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 2.837.433/GO, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, j. 18/11/2025.

## DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte não conheceu dos recursos dos Diretórios Municipais do PT e do PSB, conheceu do recurso do Ministério Público Eleitoral, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 26/01/2026

RELATOR(A) DES. LUIZ OSORIO MORAES PANZA



## RELATÓRIO

Trata-se de Recursos Criminais Eleitorais interpostos pelo Ministério Público Eleitoral e pelos Diretórios Municipais de Planalto/PR do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) contra a sentença do juízo da 107ª Zona Eleitoral de Capanema/PR (ID 44796357) que absolveu DORA MARIA RODRIGUES CARDINAL MARTINS e VALMOR BECKER do crime de transporte irregular de eleitores (art. 5º c/c art. 11, III, ambos da Lei n. 6.019/1974).

Em suas razões recursais (ID 44796364), o Ministério Público Eleitoral pleiteia a reforma do julgado absolutório, asseverando que a materialidade e a autoria restaram comprovadas, especialmente quanto ao dolo específico de aliciar eleitores.

Já os partidos PT e PSB de Planalto/PR (ID 44796370) defenderam sua legitimidade ativa para recorrer, alegando que possuem interesse no deslinde do processo penal, pois a absolvição dos recorridos criaria um precedente desfavorável, com influência em outros processos, sobretudo na AIJE n. 0600459 30.2024.6.16.0107, proposta pelos recorrentes. No mérito, sustentou a comprovação da materialidade, da autoria e do dolo específico de aliciamento de eleitores.

Os recorridos apresentaram contrarrazões ao recurso ministerial (ID 44796376), alegando que o transporte foi motivado por espírito de solidariedade, sem qualquer vínculo eleitoral. Afirmam, assim, a ausência de dolo específico e requerem a manutenção da sentença absolutória. Apresentaram, ainda, petição buscando o não conhecimento do recurso dos Diretórios Municipais do PT e do PSB e a condenação dos recorrentes por litigância de má-fé (ID 44796378), pela manifesta ilegitimidade recursal.

O magistrado de primeiro grau exarou despacho (ID 44796380) informando que o juízo de admissibilidade de recursos no processo eleitoral é feito pelo Tribunal Regional Eleitoral e abrindo novo prazo para a apresentação de contrarrazões pelos recorridos.

Nas contrarrazões ao recurso dos Diretórios Municipais do PT e do PSB (ID 44796385), os recorridos reiteraram: a ilegitimidade recursal da parte; a condenação dos recorrentes por litigância de má-fé; e, no mérito, a necessidade de manutenção da sentença absolutória por insuficiência de provas do especial fim de agir.

Com a remessa dos autos a esta Corte, abriu-se vista à Procuradoria Regional Eleitoral, que se manifestou no ID 44814267. O órgão ministerial arguiu, preliminarmente, a ilegitimidade recursal dos Diretórios Municipais do PT e do PSB; no mérito, pugnou pela condenação dos recorrentes, sustentando haver prova robusta do dolo específico.

É o relatório.



## VOTO

### Admissibilidade

Quanto ao recurso interposto pelo Ministério Público Eleitoral (ID 44796364), verifica-se a presença dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade. O apelo é cabível, tempestivo, apresenta regularidade formal e demonstra a legitimidade e o interesse recursal do órgão ministerial. Portanto, **conheço do recurso**.

Por outro lado, o recurso interposto pelos Diretórios Municipais do PT e do PSB (ID 44796370) carece do requisito da legitimidade recursal. No âmbito do processo penal eleitoral, não se admite a intervenção de terceiros pretendida pelos recorrentes, os quais também não se enquadram no conceito de assistente de acusação.

Além do Ministério Público, podem intervir no processo penal o ofendido, seu representante legal ou, na sua falta, cônjuge, ascendente, descendente ou irmão (art. 268 c/c art. 31, ambos do CPP). O crime de transporte irregular de eleitores não possui vítima direta, o que impossibilita a atuação dos partidos como assistente de acusação.

Do mesmo modo, a tese de que a sentença absolutória criaria um precedente desfavorável, inclusive na AIJE n. 0600459 30.2024.6.16.0107 proposta pelos recorrentes, não demonstra a existência de interesse jurídico apto a justificar a intervenção no feito.

É importante ressaltar que a mencionada ação eleitoral teve sua petição inicial indeferida de plano em 16 de outubro de 2024 e o recurso interposto para anular a sentença de indeferimento foi conhecido e provido por este relator em 14 de abril de 2025. Desse modo, a AIJE teve seu curso normal e, ainda assim, como informaram os recorridos, os partidos se mantiveram inertes durante o curso do feito, deixando de especificar provas e até mesmo de apresentar alegações finais. Ora, se houvesse interesse em apurar as condutas de DORA e VALMOR, os Diretórios Municipais teriam atuado de maneira mais incisiva na AIJE por eles proposta.

Pelas razões apresentadas, **deixo de conhecer do recurso** interposto pelos Diretórios Municipais de Planalto/PR do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

### Mérito

Conforme narrou a denúncia (ID 44796193), os recorridos DORA e VALMOR teriam praticado a conduta de transporte irregular de eleitores, tipificada no art. 5º c/c art. 11, III, ambos da Lei n. 6.019/1974, nos seguintes termos:

Em horário a ser melhor esclarecido durante a instrução processual, mas certo que na manhã do dia 06 de outubro de 2025 (sic), data da realização das eleições municipais, no município de Planalto/PR, Comarca de Capanema/PR, os denunciados VALMOR BECKER e DORA MARIA RODRIGUES CARDINAL atuaram em comunhão de vontades para promover o transporte irregular de eleitores que não integravam o núcleo





familiar do primeiro - Alcir Dacul, Araci Lucia Elsemback, Nelson Elsemback e Liria Simon -, com a finalidade de viabilizar o comparecimento desses eleitores ao local de votação e, com isso, obter vantagem eleitoral para a segunda denunciada, então candidata ao cargo de vereadora. DORA MARIA RODRIGUES CARDINAL foi a responsável por contatar diretamente os eleitores, manifestando interesse em seu comparecimento às urnas e comprometendo-se a providenciar transporte para tanto. VALMOR BECKER, por sua vez, utilizou seu veículo particular, marca FORD/FIESTA SEDAN FLEX, cor vermelha, placas DWA9158 (conforme ID 125371394 - pág. 2), para realizar o deslocamento de tais eleitores, sem que estivesse formalmente vinculado ou autorizado pela Justiça Eleitoral para prestar tal serviço. A atuação de ambos foi coordenada e voltada ao mesmo propósito, sendo que os eleitores foram buscados em locais indicados previamente por DORA MARIA RODRIGUES CARDINAL e transportados por VALMOR BECKER até o local de votação.

A sentença (ID 44796357) absolveu os recorridos, julgando improcedente a pretensão punitiva com base na ausência de provas "robustas e inequívocas" do dolo específico de aliciar eleitores e cooptar votos, em respeito ao princípio do *in dubio pro reo*.

O recurso ministerial (ID 44796364), por sua vez, ataca justamente a conclusão do magistrado de primeiro grau, afirmando que o conjunto probatório dos autos evidencia de maneira inequívoca a existência do especial fim de agir exigido para a configuração do tipo penal do transporte irregular de eleitores.

Segundo o *Parquet*, a prova do dolo deve se fundar em elementos externos, o que estaria comprovado pelos seguintes fatos: **a)** o transporte foi providenciado pela candidata; **b)** os eleitores foram transportados por pessoa desconhecida; **c)** a denúncia realizada aos policiais e a ausência de horário marcado para a carona indicam recorrência do transporte; **d)** a sucessão dos eventos de solicitação de voto, obstáculo apresentado pelo eleitor e oferecimento da carona.

Defendeu, ainda, que a sentença se equivocou ao correlacionar a ausência de dolo à ausência de condicionamento do transporte ao voto na candidata. O dolo estaria consubstanciado na conexão temporal entre o pedido de voto e a oferta da carona, não por solidariedade, mas por interesse em cooptar eleitores. Aliás, o órgão ministerial entende que o bom relacionamento de DORA com os membros da comunidade lhe permitiu saber quais eleitores seriam mais vulneráveis a um incentivo para comparecer às urnas.

Ademais, destacou que o fato de as testemunhas afirmarem a independência de seus votos não impede a consumação do tipo penal, que ocorre com o transporte somado ao fim específico de aliciar votos, não importando a percepção da vítima.

Divergindo da fundamentação apresentada, entendo que os fatos supracitados e as provas analisadas demonstram justamente o contrário, que não há prova do dolo específico de cooptar eleitores.

Desde logo, é necessário correlacionar a jurisprudência pacífica do Tribunal Superior Eleitoral acerca do crime de transporte irregular de eleitores, para, em seguida, fazer um cotejo com os elementos probatórios existentes nos autos. Nesse sentido:

"(...) Crime eleitoral. Transporte irregular de eleitores. (...) 2. A adequação típica da conduta ao crime do art. 11, III, c/c os arts. 5º e 10 da Lei nº 6.091/1974, exige, **além**



do dolo genérico de realizar o verbo núcleo do tipo - transportar eleitores -, o elemento subjetivo especial do injusto, um especial fim do agir que consiste na finalidade de cooptar o voto do eleitor, violando-se o livre exercício do sufrágio. (...) 3. Esse especial fim de agir pode ser inferido do contexto em que ocorre a conduta, por meio de raciocínio dedutivo, realizado segundo a previsão do art. 239 do CPP. (...) 4. De acordo com a jurisprudência do TSE, **as circunstâncias de o transporte ter sido fornecido com o intuito de viabilizar o voto, de ter sido realizado pedido expresso de apoio ao candidato de preferência do transportador e da presença, em abundância, no veículo, de material de campanha - todos presentes, na espécie - autorizam a conclusão pela existência do especial fim de agir exigido pelo crime em questão.** (...) (TSE - Ac. de 12.8.2022 no AgR-REspEl nº 9326, rel. Min. Mauro Campbell Marques.)

"(...) Ação penal. Transporte ilegal de eleitores. Art. 11, III, da Lei 6.091/74. Exigência de demonstração do dolo específico de aliciar eleitores. 1. **A conformação da conduta ao tipo penal do transporte irregular de eleitores exige não apenas a presença do elemento 'fornecimento de transporte a eleitores', mas, também, da finalidade de aliciar eleitores, conspurcando o livre exercício do voto.** Precedente do Supremo Tribunal Federal. 2. Para a comprovação do dolo **não basta conjecturar acerca do benefício auferido. É necessário apontar elementos concretos que evidenciem a atuação com a finalidade de aliciar eleitores.** 3. **A partir da prova produzida, não ficou comprovado que, no curso do transporte de eleitores, se é que tenha ocorrido, tenha havido aliciamento; que o seu traslado tenha sido vinculado à obtenção de votos em favor de determinada candidatura; ou mesmo, que tenham eles sido expostos a material de propaganda eleitoral capaz de causar alguma influência nas suas vontades.** 4. **Ante a ausência de comprovação da finalidade espúria no transporte de eleitores, impõe-se a absolvição dos réus.** (...) (TSE - Ac de 12.9.2017 no AgR-REspe nº 133, rel. Min. Admar Gonzaga.)

"(...) Crime eleitoral - transporte de eleitores - direcionamento à obtenção de votos. **A prova do elemento subjetivo, da intenção de obter votos, pode ser revelada mediante o contexto verificado, do qual é exemplo a contratação de ônibus para transporte de eleitores, estacionado próximo a local de votação, contendo, no interior, panfletos e, nos vidros, adesivos de candidato.**" (TSE - Ac. de 11.12.2012 no HC nº 43293, rel. Min. Marco Aurélio.)

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná também possui entendimento consolidado acerca dos requisitos para a configuração do crime do art. 5º c/c art. 11, III, ambos da Lei n. 6.019/1974:

"ELEIÇÕES 2018. RECURSO CRIMINAL ELEITORAL. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. ARTIGO 288 DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO PERMANENTE ENTRE OS RÉUS COM O PROPÓSITO DE PRATICAR CRIMES INDETERMINADOS. TRANSPORTE DE ELEITORES COM O INTUITO DE COOPTAR VOTOS. CONFIGURAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO. ARTIGO 11, INCISO III, DA LEI N. 6.091/74. PENA REDUZIDA AO MÍNIMO LEGAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 3.6 O **dolo específico** no transporte de eleitores, consistente no intuito de cooptação de votos, foi **evidenciado pelo espelhamento de mensagens de WhatsApp, além do material de propaganda política encontrado no veículo utilizado.**

(TRE-PR - RECURSO CRIMINAL ELEITORAL nº060005718, Acórdão, Relator(a) Des. Eleitoral



RECURSO CRIMINAL. ELEIÇÕES 2020. TRANSPORTE IRREGULAR DE ELEITORES. ARTIGO 11, INCISO III, DA LEI N. 6.091/74. ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO. CONJUNTO PROBATÓRIO. FRAGILIDADE. IN DUBIO PRO REO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de recurso criminal interposto em face de sentença absolutória que constatou a não comprovação do dolo específico na conduta dos réus. 2. **O crime de transporte irregular de eleitores tem como dolo específico o especial fim de agir no sentido de influenciar a liberdade do voto do eleitor, o que não restou comprovado nos autos.** 3. Recurso conhecido e não provido.

(TRE-PR - AÇÃO PENAL ELEITORAL nº060039232, Acórdão, Relator(a) Des. Rodrigo Otavio Rodrigues Gomes Do Amaral, Publicação: DJE - DJE, 27/01/2023)

EMENTA - ELEIÇÕES 2018. TRANSPORTE IRREGULAR DE ELEITORES. ART. 11, III DA LEI Nº 6.091/74. PRELIMINARES. NULIDADE DA PEÇA ACUSATÓRIA. ENCONTRO FORTUITO DE PROVA. COMPROVADA LEGALIDADE DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. NULIDADE DE

DEPOIMENTOS DE TERCEIROS. FASE INVESTIGATÓRIA. ADVOGADO DE DEFESA. NÃO OBRIGATÓRIO. AFASTADA. MÉRITO. FLAGRANTE PREPARADO. ÔNUS DO RECORRENTE. NÃO PROVADO. CRIME DE TRANSPORTE IRREGULAR DE ELEITORES. DOLO ESPECÍFICO. NÃO COMPROVADO. ABSOLVIÇÃO. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS. (...) 4. **O crime de transporte irregular de eleitores exige uma finalidade específica consistente na prova do aliciamento dos eleitores, ou seja, comprovação da interferência na liberdade de voto, o que não restou comprovado nos autos, devendo ser reconhecida a atipicidade da conduta.** 5. Recursos conhecidos e providos para absolver os réus.

(TRE-PR - PROCESSO nº3740, Acórdão, Revisor(a) Des. Carlos Alberto Costa Ritzmann, Relator(a) Des. Rogério De Assis, Publicação: DJ - Diário de justiça, 13/10/2020)

EMENTA - ELEIÇÕES 2014 - RECURSO CRIMINAL - AÇÃO PENAL - CRIME DE TRANSPORTE DE ELEITORES. ART. 11, III, LEI Nº 6.091/74. SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO DIVERSO DO DOLO. FATO TÍPICO NÃO CONFIGURADO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO "IN DUBIO PRO REO". SENTENÇA REFORMADA. ABSOLVIÇÃO DOS RECORRENTES - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Ao processo penal aplica-se o princípio da correlação entre a acusação e a sentença. Assim, a defesa se dá acerca dos fatos, e não da capitulação jurídica lhes atribuída. Ademais, não há declaração de nulidade processual quando não há prejuízo, haja vista a absolvição dos denunciados. 2. O fato de um eleitor oferecer carona a outros eleitores, **sem pedido de voto, entrega de propaganda eleitoral, ou indícios de quem seria o candidato beneficiário, não configura o tipo penal do transporte de eleitores**, nem mesmo na forma tentada. 3. O transporte irregular de eleitores é crime cujo tipo exige, como elemento subjetivo diverso do dolo, o especial fim de agir, consistente no aliciamento da vontade do eleitor transportado. 4. **É impossível a condenação fundada exclusivamente em indícios que não**



**comprovam, de forma estreme de dúvidas, a existência do crime.** 5. Caso em que se impõe a absolvição, como efeito lógico da aplicação do princípio constitucional in dubio pro reo. 6. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença condenatória. (TRE-PR - PROCESSO nº 4133, Acórdão, Relator(a) Des. Antônio Franco Ferreira Da Costa Neto, Publicação: DJ - Diário de justiça, 07/02/2019)

Dos julgados, verifica-se que, além do mero transporte, exige-se a prova inequívoca do dolo de aliciar eleitores, cuja ocorrência pode ser inferida das seguintes situações concretas: pedido expresso de voto no candidato de preferência do transportador; existência de material de campanha no interior do veículo; condicionamento do transporte ao voto em determinado candidato; tentativa de influenciar a vontade dos eleitores; contratação de ônibus para transportar eleitores estacionado próximo ao local de votação, com panfletos no interior e adesivos nos vidros do veículo.

Pois bem. Nenhuma das situações citadas como indicativas da intenção de aliciar votos ocorreu no transporte realizado por VALMOR a pedido de DORA. Como bem explicitado pela defesa, todos os elementos probatórios demonstram que se tratou de simples carona solidária entre os moradores. O fato de o transporte ter sido proposto pela candidata, não é suficiente para afirmar, acima da dúvida razoável, que ela teve a intenção de cooptar votos.

O contexto em que se deram os fatos é especialmente indicativo dessa ausência de dolo específico.

Em primeiro lugar, a denúncia informa que foram transportados irregularmente 4 eleitores; porém, DORA apenas ofereceu transporte a Alcir Dacul e a Araci Lucia Elsembach, os demais envolvidos eram a esposa de VALMOR, Liria Simon e o marido de Araci, Nelson Elsembach, o qual decidiu ir votar de última hora. Assim, o número reduzido de eleitores supostamente aliciados, embora não afaste a aplicação do tipo penal, torna pouco crível a tese acusatória de que DORA estaria tentando obter votos para se beneficiar na eleição. Cumpre mencionar que a recorrida foi a Vereadora mais votada de Planalto/PR, com 569 votos e o segundo lugar, concorrendo pelo mesmo partido, obteve 483 votos. Ou seja, 2 votos a mais seriam irrisórios para o resultado da eleição, indicando que não haveria qualquer benefício à candidata caso organizasse uma carona a esses 2 eleitores.

Em segundo lugar, as testemunhas foram uníssonas ao afirmar que o transporte não se deu como moeda de troca pelo voto, bem como não trataram de política durante o trajeto, nem avistaram material de campanha dentro ou fora do veículo. Tais circunstâncias, se presentes, poderiam sinalizar o dolo de influenciar eleitores; sua ausência, todavia, impõe a conclusão de que o elemento subjetivo é inexistente ou, quando menos, que paira dúvida razoável quanto à sua configuração.

Em terceiro lugar, a realidade local de cortesia entre moradores também deve ser considerada. Conforme estabelecido na sentença, a distância entre o local de votação e a residência dos eleitores aliada à falta de transporte público são circunstâncias que reforçam a ideia de carona solidária entre vizinhos. Tanto Alcir como Araci informaram que gostariam de votar, porém não tinham condições de fazê-lo - o primeiro por razões financeiras, e a segunda por estar com o marido doente e sem condições de dirigir. Assim, como DORA conhecia VALMOR e sabia que este iria votar no mesmo local, teve a ideia de organizar a carona para que fossem juntos, sem



indicativo de que sua intenção seria a de cooptar votos para si.

Em quarto lugar, o fato de os eleitores terem afirmado que votaram de forma independente, apesar de não influenciar na consumação do crime, é mais um elemento externo que fortalece a dúvida razoável acerca do dolo violar o livre exercício do sufrágio. O depoimento dos eleitores transportados, portanto, é fundamental para se obter uma aproximação do que efetivamente ocorreu no caso concreto e deve ser valorado em favor dos recorridos.

Por fim, ressalta-se que não há nos autos indicativo de que VALMOR buscou eleitores de forma recorrente. A existência de denúncia de transporte irregular de eleitores não é capaz de subsidiar tal conclusão. Igualmente, a ausência de horário marcado para a carona tampouco indica que VALMOR faria o trajeto por diversas vezes.

Logo, a sentença recorrida apresenta fundamentação robusta e coerente, resistindo integralmente às razões recursais apresentadas. Sua manutenção é medida que se impõe, razão pela qual mantenho a absolvição dos recorridos pela atipicidade da conduta.

Quanto ao pedido de condenação dos Diretórios Municipais de Planalto/PR do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) por litigância de má-fé, não assiste razão aos recorridos.

Em se tratando de recurso criminal eleitoral, cumpre citar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual não é cabível a multa por litigância de má-fé na esfera penal:

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. COMPETÊNCIA DO STJ. ABUSO DO DIREITO DE PETIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

(...)

6. O agravante tem reiteradamente utilizado o direito de petição de forma abusiva, impetrando sucessivos habeas corpus com a mesma pretensão, o que caracteriza abuso de direito, **ainda que não seja possível a aplicação de multa por litigância de má-fé na esfera penal.**

(...)

(STJ - AgRg nos EDcl no HC n. 1.000.655/CE, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 19/11/2025, DJEN de 26/11/2025.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. MERO INCONFORMISMO DA PARTE COM O RESULTADO DO JULGAMENTO. REITERAÇÃO DE EMBARGOS. RECURSO PROTELATÓRIO REJEITADO. DETERMINAÇÃO DE BAIXA IMEDIATA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM.

(...)



**Não obstante na esfera penal não ser viável a fixação de multa por litigância de má-fé**, é perfeitamente possível, antes mesmo do trânsito em julgado da condenação, a baixa dos autos, independentemente da publicação do acórdão, para que inicie o cumprimento da pena imposta" (EInf nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 408.256/MG, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 4/2/2014, DJe de 18/2/2014).

(...)

(STJ - EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 2.837.433/GO, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 18/11/2025, DJEN de 26/11/2025.)

De todo modo, o mero não conhecimento do recurso dos partidos por ausência de legitimidade e de interesse recursal não atrai, de forma automática, a sanção por litigância de má-fé. É necessário que se demonstre dolo ou abuso dos meios processuais, o que não foi feito pelos recorridos. Assim, indefiro o pleito.

## DISPOSITIVO

Ante o exposto, voto pelo **não conhecimento** do recurso dos Diretórios Municipais do PT e do PSB e pelo **conhecimento** e **desprovimento** do recurso do Ministério Público Eleitoral, mantendo integralmente a sentença que absolveu DORA MARIA RODRIGUES CARDINAL MARTINS e VALMOR BECKER pela prática do crime previsto no art. 5º c/c art. 11, III, ambos da Lei n. 6.091/74.

É como voto.

**Des. LUIZ OSÓRIO MORAES PANZA**

**Relator**

## EXTRATO DA ATA

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL (14209) Nº 0600003-96.2024.6.16.0716 - Planalto - PARANÁ - RELATOR: DES. LUIZ OSORIO MORAES PANZA - REVISOR: DES. ELEITORAL JOSE RODRIGO SADE - RECORRENTES: PARTIDO DOS TRABALHADORES, PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB - PLANALTO - PR - MUNICIPAL - Advogados dos RECORRENTES: HALL, MENEZES & FERREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS - PR000001537, ADRIANA RITA BUSATTO - PR51513-A, RAUL JOSE PROLO - PR5360, GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI - PR17507-A, ARNI DEONILDO HALL - PR13837-A -RECORRENTE: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO



PARANÁ - RECORRIDOS: VALMOR BECKER, DORA MARIA RODRIGUES CARDINAL MARTINS - Advogados dos RECORRIDOS: RENAN LUIS DUTRA MENEGHINI - PR117731, VICTOR CIRYLLO ROZATTI - PR108679

## DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte não conheceu dos recursos dos Diretórios Municipais do PT e do PSB, conheceu do recurso do Ministério Público Eleitoral, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do relator.

Presidência da excelentíssima senhora desembargadora federal Claudia Cristina Cristofani. Participaram do julgamento os eminentes julgadores: desembargador Luiz Osório Moraes Panza, e os desembargadores eleitorais, José Rodrigo Sade, Osvaldo Canela Junior, Vanessa Jamus Marchi e Everton Jonir Fagundes Menengola. Presente o procurador regional eleitoral, Marcelo Godoy.

SESSÃO DE 26.01.2026



Este documento foi gerado pelo usuário 026.\*\*\*.\*\*\*-08 em 27/01/2026 17:09:01

Número do documento: 26012715375126900000043766625

<https://pje.tre-pr.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=26012715375126900000043766625>

Assinado eletronicamente por: DES. LUIZ OSORIO MORAES PANZA - 27/01/2026 15:37:52